



**ACÓRDÃO Nº744/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11198/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Celso Antonio Campelo Fournier (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1632/2021-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Celso Antonio Campelo Fournier**, Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba, no exercício de 2017, nos termos do Art. 22, inciso III, alínea ‘b’, da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Celso Antonio Campelo Fournier**, no valor de **R\$ 46.480,35** (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, mencionado no item 14, do Relatório/Voto, na esfera Municipal, para o órgão Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Celso Antonio Campelo Fournier**, no valor de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionada no item 12, do Relatório/Voto, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas



**ACÓRDÃO Nº744/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em virtude das impropriedades dos Achados 01 a 10, não sanadas, que importam em ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme Art. 54, inciso VI, da Lei estadual nº 2.423/96 c/c Art 308, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte de Contas. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Determinar ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba** que promova a realização de concurso público para preenchimento do seu quadro de pessoal; e corrija as ausências de procedimentos, documentos comprobatórios de obrigatoriedade legal e atesto dos serviços realizados e produtos adquiridos;

**10.5. Notificar o Sr. Celso Antonio Campelo Fournier**, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para tomar conhecimento do feito e adotar as providências que considerar necessárias.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Agosto de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº744/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire  
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição